

**POLÍTICA EMPRESARIAL EM TEMPOS DE CRISE:
NOTAS TEÓRICAS E REFLEXÕES SOBRE O BRASIL NOS ANOS 90**

Sebastião C. Velasco e Cruz

Salvo engano, o discurso corrente, acadêmico ou leigo, sobre as pautas de conduta predominantes entre os empresários e suas organizações põe em realce as seguintes características: a despreocupação com as consequências mediatas das posições assumidas, o autoreferenciamento, numa versão ou noutra, o oportunismo.

Com efeito, tornou-se já um lugar comum invectivar os empresários -- sobretudo os grandes -- pela volúpia com que demandam proteção, incentivos, isenções de toda espécie; pela pronta disposição para ajustar-se a qualquer pressão de custo através da majoração de seus preços; pela inclinação inversamente proporcional que demonstram para realizar os investimentos necessários a fim de melhorar a qualidade dos bens que produzem, assegurar ganhos de produtividade e, dessa forma, tornar mais competitivas as suas empresas. Traço dominante no comportamento dos empresários, esse padrão perverso seria comunicado às organizações que os representam. Carentes de autonomia, incapazes de exercer uma ação condutora -- ou mesmo moderadora -- sobre seus membros, as entidades de classe do patronato se restringiriam à mera advocacia de interesses localizados e limitadamente definidos, encobertos pelo manto de um discurso geral e vazio cujas fraturas, mais que a consciência falsa, trairiam a falsidade da consciência.

Nesse mesmo discurso podemos encontrar sem dificuldade vários elementos para entender por que as coisas se passam dessa forma. Nele, o papel do vilão cabe às distorções advindas de uma estratégia de substituição de importações mutilada em suas ambições maiores pelos compromissos com os segmentos mais retrógrados das classes proprietárias que se impuseram para que ela se tornasse viável: veto à reforma agrária, delimitação de áreas, concessões, favores indiscriminados -- toda uma panóplia de mecanismos institucionalizados cujo sentido era o de garantir o equilíbrio nas relações entre as diferentes frações da burguesia local e desta com o capital internacional aqui implantado, assegurando àquela uma lucratividade pelo menos correspondente a de seus parceiros.

Sem prejuízo das análises que exploram fatores tais como os acima aludidos, pretendemos atacar o tema neste artigo através de um prisma menos usual: tomando como ponto de partida e fio condutor da análise o impacto das condições gerais -- macropolíticas e macroeconômicas -- sobre as estratégias dos atores sociais, procuraremos identificar algumas tendências emergentes neste universo e especular sobre o seu significado e desdobramentos prováveis.

Ora, para um estudo que siga tal roteiro, o dado essencial é a profunda crise econômica e o estado de avançada degradação institucional que vivemos no Brasil nos últimos anos. Mas a noção de crise recobre uma multiplicidade de fenômenos interrelacionados de maneira complexa, em configurações que variam amplamente no tempo e no espaço. Antes de sair a campo, seria conveniente, pois, tomar alguma distância em relação à empiria e refletir preliminarmente sobre esse objeto: a crise e seus correlatos políticos e sociais.

II

Em períodos normais a atividade econômica transcorre em contextos definidos pela operação de

mecanismos reguladores capazes de garantir a compatibilização das decisões desagregadas dos agentes, de atenuar os choques de interesses e relaxar as tensões sempre presentes entre o curto e o longo prazo⁽¹⁾. Conjuntos relativamente harmônicos de padrões de interação, conhecidos, praticados e regularmente aceitos por agentes sociais tipificados, que esperam continuar interagindo segundo as regras e as normas formal ou informalmente neles incorporadas, as instituições⁽²⁾ -- pois não é outra a natureza dos mecanismos supracitados -- pressupõem a presença de valores, crenças e saberes, intelectualmente mais ou menos elaborados, como condição de possibilidade de sua reprodução e como "evidência" de sua necessidade. Cristalizados em torno de certas relações sociais básicas no capitalismo -- a relação salarial, a moeda, as formas da concorrência, as modalidades de intervenção estatal e as formas de inserção na economia internacional -- os mecanismos de que falamos envolvem representações sobre a organização e o funcionamento da economia como um todo e, mais genericamente, sobre a ordem política e social.

(1) - Nesta e em várias outras passagens deste texto apoiamos-nos nos trabalhos da "escola francesa da regulação" e em trabalhos, de orientação convergente, dos economistas radicais americanos que analisam a dinâmica capitalista com base na noção de "estrutura social da acumulação". No tocante à escola da regulação, pensamos, em particular, na obra fundadora de M. Aglietta, Régulation et Crise du Capitalisme, Paris, Calmann-Lévy, 1976, e em inúmeros trabalhos de R. Boyer, entre os quais, o artigo "La Crise actuelle: une mise en perspective historique, Quelques réflexions à partir d'une analyse du capitalisme français en longue période", Critiques de l'Economie Politique, nº 7/8, 1978, pp. 5-113, o livro La Théorie de la Régulation: une Analyse Critique, Paris, Editions La Découverte, 1986, além da coletânea editada pelo mesmo autor, Capitalisme fin de Siècle, Paris, PUF, 1986. Sobre os radicais americanos, Cf. David Gordon el alli, "Long Swings and Non Reproductive Cycles", The American Economic Review, 73 (2), 1983, pp. 152-7; D. Gordon el alli, Segmented Work, Divided Workers, Cambridge University Press, 1982, e D. Gordon, "Inside and Outside the long swing: the Endogeneity/Exogeneity Debate and the Social Structures of Accumulation Approach", Review, vol XIV, nº 2, 1991, pp. 263-312.

(2) - Numa apropriação livre da definição proposta por G. O'Donnell em On Institutions and Democratization, CEBRAP, mimeo, 1990.

A acumulação capitalista é um processo marcado por movimentos mais ou menos acusados* de descenso e ascensão, fases de retração e de prosperidade. Enquanto as regulações que falamos no parágrafo acima continuam a operar, esse movimento "ondulatório" assume um caráter eminentemente auto-corretivo e funcional. A euforia que acompanha os booms inflaciona os mercados de bens e de trabalho, induz o crescente endividamento de empresas e famílias, acoberta os ineficientes, alimenta as aventuras especulativas e facilita a fraude; desencadeada pelo estalido de uma falência ou outro sinal qualquer que dramatiza o estado de perigosa tensão a que foi levado o sistema de crédito e precipita um movimento rapidamente generalizado de fuga⁽³⁾, na recessão a economia expia os seus excessos: a queda no ritmo da atividade diminui a renda, torna mais acirrada a concorrência, leva à liquidação dos capitais mais débeis, mas ao mesmo tempo estimula as inovações que prepararão o terreno para novo período de prosperidade. Nem sempre, contudo, isso acontece. Em alguns contextos, cuja etiologia no momento não nos interessa, o efeito regenerador da crise não se manifesta: os mecanismos reguladores em vigor não operam mais como antes, as formas institucionais que lhe dão substância são postas em xeque e os comportamentos por elas codificados apenas repõem os dados da crise e os agravam. Estes são momentos de grandes crises, dos quais, no percurso do capitalismo histórico, os períodos 1872-83 e 1929-1937 ilustram de forma exemplar.

As grandes crises podem ser diferenciadas em tipos, de acordo com a natureza das questões de fundo nelas implicadas. Com base em critérios dessa ordem, Robert Boyer distingue três classes: crises do sistema de regulação; crises do modo de desenvolvimento e crise do modo de produção dominante⁽⁴⁾. A economia, como domínio de ação

(3) - Para uma rica tipificação do processo, cf, Charles P. Kindleberger, Manias, Panics and Crashes. A History of Financial Crisis, New York, Basic Books, 1978.

(4) - R. Boyer, La Théorie de la Régulation: une Analyse Critique, op. cit.

relativamente autônomo e dotado de lógica própria não é um dado da natureza. Ela supõe a proteção jurídica da propriedade e a obrigação de cumprimento do contrato, a separação entre o trabalhador e os meios de trabalho, a oferta da força de trabalho, dos meios de produção e do capital dinheiro, como mercadorias, num mercado nacional em alguma medida integrado. Vale dizer, a institucionalização de um conjunto de relações sociais historicamente produzidas e como tal essencialmente precárias. Nas crises do último tipo, essas relações sociais, com seus subentendidos, tendem a se dissolver, e a crise se revela, então, como crise geral dessa sociedade em que economia e política configuram-se como esferas separadas. Para nossos propósitos, porém, essa especificação é secundária. Basta reter a noção de "grandes crises", e já podemos passar ao aspecto que nos interessará mais de perto nestas páginas, a saber, o efeito realimentador dos comportamentos comumente associados às situações dessa ordem.

De fato, em seus estágios mais avançados a crise desencadeia tipicamente no conjunto dos agentes reações defensivas cujo resultado perverso é o de repor num plano mais elevado as tensões e os desequilíbrios que as ocasionaram. Para nós, brasileiros e para muitos de nossos pares latino-americanos, o caráter vicioso desse círculo é bastante familiar. Com efeito, a larga experiência que acumulamos com situações de inflação alta e errática foi mais do que suficiente para nos ensinar que, *coeteris paribus*, o comportamento microeconomicamente racional em tais contextos consiste na abstenção de todo empreendimento que comprometa recursos de vulto no longo prazo, na fuga para atividades especulativas, na disputa cerrada por vantagens máximas, no emprego de todo poder passível de ser mobilizado para a obtenção de ganhos no curto prazo. Ela nos mostrou sobejamente, também, que, no agregado, a reiteração desses comportamentos apenas agrava os problemas e tende a levar ao paroxismo a irracionalidade do processo global.

Mas o efeito realimentador de que falamos acima se apresenta igualmente nas crises deflacionárias. O

trecho de Schumpeter citado a seguir descreve sucintamente a lógica não menos perversa que conduz às grandes depressões clássicas.

"On the one hand, any fall in values which enforces liquidation, induces quite mechanically another fall in values. 'Prices fall because they have fallen' (Marshall). Measures of defense, efforts made by firms and households to repay loans, or by banks to call them in order to improve liquidity, drive debtors in the well-known way toward the very rocks which those measures were taken to avoid. Freezing of credits, shrinkage of deposits, and all the rest follow in due course. On the other hand, not only we, the observers, but the dramatis personae realize how much there is to liquidate, or even go into hysterics about it. Then pessimistic expectation may for a time acquire a causal role(5)."

Em ambos os casos, se tais mecanismos de realimentação operassem isoladamente a "espiral viciosa" que eles engendram levaria rápida e inelutavelmente à catástrofe. Na ausência de um fator exógeno qualquer que viesse a interromper a marcha destruidora do processo, este seguirá cegamente seu curso até a completa exaustão dessas economias e a dissolução dos vínculos que asseguram a coesão das respectivas sociedades. Contudo, para um e outro, vale a observação do mesmo Schumpeter: "O fato de provar a partir das propriedades de tal mecanismo, cujos elementos foram extraídos de seu contexto econômico (setting in the economic organism), que o processo continuará intensificando-se por si próprio não significa provar que a sua contrapartida real fará efetivamente o mesmo... O problema é analisar a sequência complexa das situações de curto prazo na qual os fatos descritos pelas teorias da espiral formam apenas um de muitos componentes(6)."

Realizado o exame, Schumpeter identifica no funcionamento do sistema econômico, fechado e tomado

(5) - Joseph A. Schumpeter, Business Cycles. A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process, Philadelphia, Porcupine Press, Inc., 1982, Vol. I, p. 148.

(6) - Id, *ibid*, p. 151/52.

abstratamente, a presença de inúmeras tendências "restauradoras" passíveis de inibir o movimento da espiral, embora incapazes de nos assegurar, em princípio, que ele venha a ser revertido. Como o objeto de sua análise é a dinâmica econômica em situações de depressão profunda não vamos acompanhá-lo de perto. Tudo que precisamos é destacar alguns elementos gerais que se apliquem igualmente às duas modalidades de espiral viciosa contempladas em nosso argumento.

O primeiro deles é de caráter metodológico: para estudar o problema, antes de mais nada é preciso distinguir o curso dos acontecimentos na indústria e no comércio, de um lado, e, de outro, nos mercados especulativos; é nestes últimos que o padrão da espiral se manifesta de forma mais acabada. Na indústria seria preciso distinguir ainda -- acrescentamos nós -- os diferentes ramos, de acordo com o seu papel no esquema de reprodução (bens de produção, bens de consumo duráveis e não duráveis), o período de rotação do capital e a maior ou menor importância relativa do capital fixo.

O segundo remete a uma propriedade do próprio mecanismo realimentador: "o processo da espiral é um movimento desequilibrado, como se pode constatar a partir da crescente dispersão nos preços e do desvio crescente das relações de equilíbrio entre as quantidades físicas"(7). Por maior que seja a contração, algumas atividades estarão sempre expandindo-se. Surgem constantemente, assim, novas oportunidades de negócios lucrativos que serão exploradas conformando uma tendência que se contrapõem à espiral.

Mas não é tudo. Se a crise, em seu estado superior, desencadeia no conjunto dos agentes reações defensivas com o efeito perverso já apontado, num movimento simultâneo e contraditório ela desata igualmente esforços reiterados de invenção institucional visando a definição de trajetórias viáveis de saída e a fixação dos parâmetros de uma nova "normalidade".

(7) - Id. *ibid*, pp. 157/58.

Em outros termos, ao mesmo tempo em que -- tida como constante a configuração estrutural em cada momento dada -- intensificam-se os conflitos desagregados pela maximização de ganhos no curto prazo (ou pela diminuição de perdas, o que em certo sentido dá no mesmo) para os quais os agentes em sua totalidade são empurrados, em outro plano atores dotados de capacidade reflexiva e habilitados para o exercício do cálculo estratégico se batem com o objetivo de redefinir a seu favor os termos do conflito e de consolidar novas estruturas de oportunidades que tornem mais provável a manutenção de posições detidas e/ou a ampliação delas no longo prazo. Aqui também são interesses que movem tais atores, mas neste nível eles são redefinidos de forma tal a se integrem em estratégias compreensivas passíveis de garantir a conclusão de alianças e a atração de apoios indispensáveis ao sucesso daquelas. Até que do confronto entre estratégias alternativas surja um consenso dominante em torno de um "referencial normativo" para as políticas estatais e sejam restabelecidas as condições para o crescimento econômico, esses dois efeitos serão mutuamente reforçados.

Uma vez atingido esse estágio a crise não é mais apenas expressão de desequilíbrios macroeconômicos; ela ganha uma dimensão conceitual e se converte também, necessariamente, em crise das representações sobre a economia -- sua lógica de operação, sua vocação própria, os modelos normativos que o seu necessário reordenamento solicita. Quando o dissenso dessa forma produzido não mais prevalece, pode dizer-se que no fundamental a crise foi superada.

A moeda, sabe-se-a forte quando ela opera regularmente em sua tríplice função de unidade de conta, reserva de valor e meio de troca; quando os agentes econômicos mantêm sua adesão a ela, o que se traduz em ausência de movimentos acusados de fuga --

em direção a outros ativos e/ou ao abrigo da soberania monetária de outros Estados. Em definição certa, as instituições da democracia política foram ditas consolidadas quando "os atores democráticos já não têm como uma de suas preocupações centrais evitar uma (rápida ou lenta) regressão autoritária nem, por conseguinte, subordinam suas decisões (e omissões) a essa preocupação; quando "os atores políticos e sociais que controlam recursos significativos de poder... sujeitam recorrente e habitualmente suas relações com as instituições específicas da democracia política, a práticas consistentes com a reprodução dessas instituições que esses mesmos atores, gostando ou não delas, calculam que durarão indefinidamente"(8). Na mesma linha de raciocínio, cabe dizer que uma grande crise, uma crise de modo de regulação ou de padrão de desenvolvimento, está vencida quando os agentes econômicos interagem cotidianamente em consonância com os padrões definidos pelas formas institucionais, quando eles tomam como dadas as rotinas e os subentendidos nelas compreendidos, quando dão como resolvida a questão de sua recíproca compatibilidade. A noção de "trajetórias de saída de crise" refere-se a processos objetivos nessa direção já concluídos; a de estratégias, a projetos concebidos com vistas a tal resultado.

Malfadadamente, esse desfecho não está nunca de antemão garantido -- são inúmeras as sociedades, capitalistas ou não, que uma vez mergulhadas em situações dessa ordem percorreram o caminho da decadência que, no limite, deságua na desagregação das instituições estatais, na guerra civil, na submissão incondicional ao império de um poder mais forte. Mas não é este o ponto que nos interessa aqui. Reafirmando o caráter essencialmente aberto dos processos de saída de crise, e portanto, a possibilidade de que a mesma não seja alcançada, importa detectar certas características próprias a

(8) - G O'Donnell, "Transições, Continuidades e Alguns Paradoxos", em F> Wanderley Reis e G. O'Donnell (orgs.), A Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas, São Paulo, Vértice, 1988, p. 83.

eles, certas recorrências, algumas regularidades. Isto em si constitui tema para um vasto programa de trabalho, que poderia desenvolver-se através do exame acurado de casos contrastantes criteriosamente selecionados -- success stories e experimentos sociais definitivamente fracassados; situações verificadas em diferentes fases do desenvolvimento capitalista e em sociedades distintamente inseridas no sistema mundial. Tal como o visualizamos, nesse programa o objetivo não seria o de responder à pergunta sobre os determinantes, a estrutura causal subjacente à diversidade das trajetórias observadas -- questão que define uma modalidade de análise histórico-comparativa compartilhada por vários estudos importantes, que se distinguem entre si pela temática e pela perspectiva teórica⁽⁹⁾. Mas o de explorar a hipótese que formulamos agora, qual seja, a de que, não obstante a disparidade dos conteúdos respectivos e de seus resultados, os processos em causa tenderão a acusar, formalmente, similaridades notáveis.

Na impossibilidade de testá-la, mas ainda assim obrigado a fixar um ponto de apoio teórico para seguir na elaboração do problema, levando em conta as experiências latino-americanas a nós mais familiares, valemo-nos do material fornecido por duas obras sob títulos admiráveis⁽¹⁰⁾ para realizar um ligeiro exercício, cujo resultado enunciaremos sinteticamente no que se segue.

Em condições de "normalidade" as diferentes arenas do sistema estatal mantêm entre si relações verticais e horizontais que se ordenam nos quadros de uma estrutura que apenas incrementalmente se

(9) - Cf., p. ex. Theda Skocpol, States and Social Revolution. A Comparative Analysis of France, Russia and China, Cambridge University Press, 1979 e P. Gourevitch, Politics in Hard Times. Comparative Responses to International Economic Crisis, Ithaca, Cornell University Press, 1987.

(10) - Charles S. Mayer, Recasting Bourgeois Europe. Stabilization in France, Germany and Italy in the Decade After World War I, Princeton, Princeton University Press, 1975 e Martin J. Sklar The Corporate Reconstruction of American Capitalism, 1890-1916. The Market. The Law, and Politics, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

transforma. No âmbito de cada uma delas operam mecanismos de seletividade que apresentam o duplo efeito de organizar as questões em termos de agendas definidas e de cristalizar padrões de intercâmbio rotineiros entre decisores e grupos de interesse, delimitando o acesso às decisões e o conteúdo provável das políticas adotadas. Em tal contexto, as relações de oposição/cooperação intra e interclasses tendem a assumir configurações relativamente estáveis.

Ora, manifestação de fratura dos compromissos institucionalizados, além de seu impacto imediato sobre as condições materiais de existência de grupos e classes, a grande crise projeta mais ou menos brutalmente no campo político questões novas. Ademais, ela vem tipicamente acompanhada de deslocamentos significativos na organização do sistema estatal e na interação deste com a sociedade -- mudança nas relações de força entre diferentes ramos da burocracia e esferas governamentais; surgimento de novos centros decisórios; consagração de procedimentos distintos para a canalização de demandas e para a resolução de questões conflituosas. Como efeito conjugado desses três impulsos, o campo estratégico onde se desenvolve o conflito político e social se redefine: dobrando sentimentos às vezes poderosos de hostilidade, antigos antagonistas aproximam-se, ao passo que velhos aliados se separam. No processo da crise, as estratégias tradicionalmente perseguidas pelos atores econômicos e sociais são postas em xeque, e entre eles verificam-se realinhamentos por vezes dramáticos.

Envolvendo simultaneamente as relações intra e interclasses, os reposicionamentos acima aludidos incidem diretamente sobre os partidos políticos e o sistema de representação funcional. Ao suscitar a emergência de áreas de consenso e de clivagens novas, eles acarretam comumente o questionamento das direções estabelecidas, subitamente desafiadas, de dentro e de fora das organizações que controlam. As quais -- na ocorrência ou não de fracionamentos -- tendem a sair da experiência mais ou menos profundamente transformadas.

Os realinhamentos característicos da situação de crise afetam as interações internas às organizações representativas, bem assim como as relações destas com suas respectivas bases sociais. Em alguns casos, eles são absorvidos pela institucionalidade política vigente; em outros, eles dão origem a conjunturas "pretorianas" e levam a rupturas da ordem institucional. No plano em que vêm sendo feitas estas observações, não há como especificar mais exatamente seu impacto.

Cabe, porém, esclarecer em adição um aspecto fundamental. Na definição de seus planos de ação os atores sociais tomam como constantes certas características "estruturais" da realidade que para eles importa; plantados neste solo, torna-se-lhes relativamente fácil formular substantivamente seus interesses respectivos e identificar, em cada momento, os aliados a mobilizar. Ora, dado o reconhecimento de que os parâmetros da situação em que estão inseridos se alteraram radicalmente, até que novos balizamentos venham se cristalizar, a questão estratégica que se põe para os agentes afigura-se sumamente mais complexa. Trata-se agora de antecipar quais seriam suas respectivas posições futuras em cenários alternativos plausíveis à luz dos novos dados e de definir, a partir desse cálculo, programas de ação -- aí incluída a política de alianças -- compatíveis com o objetivo de reforçar as posições detidas e/ou de evitar que elas venham a ser debilitadas.

Mas essa é, rigorosamente, uma operação tão impossível quanto indispensável. Não tanto pelas limitações cognitivas dos indivíduos, organizações ou grupos sociais, que os impediriam de coligir e processar toda a informação para aquele efeito necessária -- esse obstáculo, naturalmente, existe e tampouco pode ser cabalmente superado -- mas pelo fato de que o cálculo em questão traz necessariamente embutido em si uma hipótese inverificável sobre o resultado de cálculos análogos que estarão sendo ou que deverão vir a ser processados pelas outras partes.

Impossível, mas indispensável. A contradição se resolve num produto de caráter muito peculiar. Com efeito, daquele tipo de cálculo resulta uma solução que apresenta as seguintes particularidades: a) por mais cuidadosos, mais elaborados que sejam os procedimentos seguidos, ela é essencialmente contestável; b) mais do que uma representação, verdadeira ou falsa; mais que um juízo de probabilidade, ela é um ato, uma aposta, uma afirmação de vontade, uma declaração que compromete, produz consequências, cria realidades; c) dado que sua validação depende do posicionamento dos demais atores, ela é, por natureza, endereçada a outrem: é uma ação comunicativa, ou melhor, advocatória -- para deixar claro que não há nela compromisso algum com qualquer norma habermasiana de boa conduta, que ela é "impura", que o apelo a recursos de poder, à manipulação, é inerente a ela.

Essa aposta seria algo como um salto no escuro se tivesse que ser feita de uma vez por todas num único lance. Na realidade, o reposicionamento das forças sociais e políticas é um processo iterativo, onde as "apostas" são continuamente feitas e refeitas. Por ambos os motivos, por resultar de uma multiplicidade de cálculos reciprocamente referenciados e porque estes são reiteradamente corrigidos, períodos de realinhamentos críticos são caracterizados também pelo adensamento do fluxo de comunicação entre os atores, pela abertura de condutos transversais e de "lugares neutros" onde grupos até então distantes encontram-se recorrentemente a pretexto de buscar soluções para problemas concretos, mas, antes de mais nada, para melhor se conhecer e conjuntamente definir um universo de locução comum.

Até aqui viemos falando da crise como uma configuração ideal-típica. Mas parar neste ponto seria perder de vista um aspecto essencial. Mais do que uma situação, um "estado" particular do sistema sócioeconômico e político, a crise é um processo, que se desenvolve num tempo complexo, de temporalidades múltiplas, e que compartilha com a guerra a propriedade, no dizer de Aron, camaleônica de mudar

de feição, de assumir -- às vezes bruscamente -- novas figuras em decorrência de deslocamentos, em alguns casos aparentemente menores, que afetam a disposição de seus dados de base e rompem o precário equilíbrio que, em cada instante, define a conjuntura atual. Para o analista, como para o político, o teste decisivo, a "prova de fogo" é a exigência de captar tais alterações no menor espaço de tempo possível; o imperativo de agarrar essa coisa fugidia, esse intangível que é o "momento presente", e atuar eficazmente sobre ele para transformá-lo. É, sobretudo, nesse compromisso intelectual e prático com o "aqui e agora" que ambos se distanciam do estudioso da história. Para este também, o cânon é o mesmo: boa é a análise que consegue surpreender, na infinidade multifária de acontecimentos que povoam a conjuntura, aquelas ocorrências que, por seu enlace com as propriedades estruturais da crise, têm o efeito de levá-la a um outro estado. Marx, no Dezoito Brumário, Trotski, na História da Revolução Russa, também Mayer, na obra acima citada, são exemplos a serem emulados. A diferença é -- quase se poderia dizer -- "existencial": o historiador pode dedicar todo o tempo do mundo à tentativa de resolver o seu enigma, enquanto, premidos pela urgência, o analista e, principalmente, o político têm que se valer de instrumentos toscos de coleta de informação, têm que recorrer permanentemente à arte perigosa de "ler sinais", têm que suprir lacunas com suposições e, sobre esta base incerta, são obrigados a formar um juízo que os compromete.

No que diz respeito ao objeto particular do presente estudo, a proposição acima tem uma implicação de vastas consequências. Independente da capacidade efetiva de implementar as mudanças propostas, a lógica do conflito político se altera profundamente quando a ação governamental deixa de se concentrar em objetivos de curto prazo e passa a eleger como alvo as dimensões estruturais da crise. Tendo como pressuposto uma concentração prévia de poder, esse deslocamento de foco aponta para mudanças duradouras nas relações de força e leva, decorrentemente, a uma ampliação do horizonte

temporal em que se movem os atores, com efeitos diretos significativos em sua condução tática e em suas estratégias, aí incluída a definição de suas alianças⁽¹¹⁾.

III

Constitui um truismo a afirmativa de que a crise no Brasil é resultante da conjugação de graves desajustes macroeconômicos, que se fazem sentir desde o início da década passada, e as especiais circunstâncias de nossa transição política. Há muitos anos, diferentes aspectos desta constelação vêm sendo obsessivamente arguídos, num amplo debate público ao longo do qual vários lugares comuns se firmaram. As indicações telegráficas que se seguem apresentam esquematicamente alguns deles: 1) transferências pesadas de recursos reais ao exterior para o serviço da dívida/ reações defensivas generalizadas de grupos sociais empenhados em preservar suas participações respectivas na renda nacional; 2) relaxamento dos mecanismos autoritários de controle político/ ampliação da capacidade organizativa e do poder de barganha de setores populares/ dificuldades crescentes de imposição autocrática de respostas prontas ao problema de como distribuir as perdas que pesam sobre o conjunto da sociedade; 3) intensificação de pressões cruzadas sobre o orçamento do governo, tanto pelo lado da receita quanto pelo do gasto público/ crise fiscal/ recurso sistemático a emissões inflacionárias como meio para financiar despesas correntes e administrar conflitos; 4) impacto desigual da inflação sobre a renda dos

(11) - Refletindo sobre os resultados de trabalhos comparativos sobre inúmeros programas de ajustamento à crise na década passada, em países do terceiro Mundo, João Nelson se refere a aspectos análogos ao tipificar a dinâmica política implicada nos programas de reformas estruturais -- liberalização comercial, desregulamentação, privatização, etc -- contrapondo-a a dinâmica política dos pacotes de estabilização macroeconômica, que operam no curto prazo. Cf. "Conclusions", in Joan Nelson, Economic Crisis and Policy Choice, op. cit, pgs. 358/9.

diferentes grupos/ exacerbação do conflito distributivo/ pressões redobradas sobre o Estado, etc.,

As consequências desastrosas desse círculo vicioso se revelam ainda mais graves em função das mudanças profundas que, desde meados dos anos 70, vêm se processando na economia internacional. A incorporação acelerada de tecnologias novas, transformando processos e produtos, substituindo insumos correntes por materiais novos e reduzindo as vantagens comparativas dos baixos salários; a revolução agrícola, expandindo a oferta mundial de alimentos e empurrando os seus preços para baixo; a conformação de blocos regionais; a rápida difusão de práticas comerciais restritivas, atingindo especialmente as exportações tradicionais e dificultando o acesso a tecnologias mais avançadas -- a despeito do grau de amadurecimento já alcançado, no quadro definido por essas e outras tendências o sistema produtivo brasileiro encontra-se em situação de grande vulnerabilidade. Pela relativa obsolescência de sua base técnica, por sua estrutura de custos, pelo reduzido empenho historicamente demonstrado para desenvolver capacidade própria de geração de tecnologia e para elevar a qualificação da força de trabalho. Se tais condições não forem alteradas, o seu futuro será medíocre, na melhor das hipóteses. Contudo, os pesados investimentos para tal efeito requeridos são obstados pela crise financeira do setor público e pelo quadro de instabilidade que tem marcado a economia brasileira nesta fase. Com o que, somos levados de volta à engrenagem que descrevemos no outro parágrafo.

Seria possível seguir indefinidamente na relação das cadeias deste círculo infernal que ainda nos enreda. Mas não é necessário. Fortemente fixadas na convicção de quantos têm acompanhado o debate, essas e outras conexões do mesmo gênero compõem o marco de referência universalmente conhecido e aceito, o terreno compartilhado com base no qual os argumentos contrapostos são aferidos e as interpretações que os inspiram são sustentadas. Para

efeitos do presente, a simples alusão a esse domínio consensual basta.

Tampouco é preciso insistir na tese -- menos incontroversa, decerto, mas igualmente bem conhecida -- que associa a incapacidade de se processar de outra forma aqueles conflitos às particularidades da transição política que foi a nossa. Uma transição na qual o preço a pagar pela relativa suavidade do primeiro ato foi a conclusão de uma aliança -- não apenas eleitoral, para a escolha do futuro presidente, mas política -- desmesuradamente ampla, indefinida, invertebrada. O que viria a ter efeitos desastrosos, tanto no que diz respeito à composição da equipe de governo e à coerência da ação governamental possível, quanto no que tange à formação de identidades, à organização interna dos partidos, à transparência e à institucionalização dos mecanismos de representação democrática.

Começamos este ensaio com a apresentação esquemática das imagens correntes a respeito de empresários e sindicatos no Brasil nos últimos anos. Nem sempre, porém, elas foram tão negativas. Outra era a percepção desses atores no início da abertura política, nos idos de 1977/78; outra era a visão que deles se fazia nos derradeiros momentos do regime autoritário e logo depois da constituição do governo civil. Muito pelo contrário, nessa quadra os empresários apareciam como entes virtuosos, figuras emblemáticas da "sociedade civil", finalmente vitoriosa em sua luta tenaz para liberar-se do jugo do autoritarismo. Foi com a exasperação da crise, resultante da incapacidade de se romper os entraves criados pelos condicionamentos antes aludidos, que a mudança veio a se operar. Frustradas as promessas reformistas da Nova República, rotundamente fracassados os esforços para debelar a inflação com terapias não recessivas, estilhaçada a base de sustentação política do governo pelo efeito cruzado de seus reiterados insucessos e da polarização ideológica desencadeada pelo debate constituinte, nos dois últimos anos do período Sarney a política econômica foi quase inteiramente consumida pela gestão de instrumentos de curto prazo, na tentativa

patética de protelar o advento tantas vezes anunciado da hiperinflação. Nesse contexto, de crise econômica aguda e avançada deterioração das instituições estatais, os empresários levaram ao extremo seus movimentos defensivos, cujos efeitos deletérios sobre a situação geral se tornavam cada vez mais claramente percebidos. É então que as avaliações depreciativas sobre os mesmos ganham livre curso, incorporando-se ao senso comum a tal ponto que, no ápice da campanha presidencial de 1989, a simples alusão ao fato de que dado candidato era apoiado pelos empresários afigurava-se como uma acusação contundente, merecedora de vivo desmentido.

Desgraçadamente, uma e outra -- instabilidade econômica e fragilidade das instituições estatais -- remanescem como elementos essenciais de nossa realidade presente. Nem por isso devemos negar a mudança profunda que se operou no país nesses últimos anos. Por motivos vários, cuja análise não caberia neste trabalho⁽¹²⁾, verificou-se no Brasil, com o desfecho das eleições presidenciais de 1989, um deslocamento significativo no campo de forças político-sociais que permitiu fossem rompidos os estrangulamentos responsáveis pela paralisia decisional característica do governo Sarney.

Realmente, sob a mesmice aparente -- mesma inflação, recessão e miséria acentuadas -- desde os primeiros dias o governo Collor tomou iniciativas de grande alcance que vêm alterando o quadro da crise no Brasil em alguns de seus dados de base. Para efeitos do argumento esboçado aqui, não é muito relevante que elas tenham sido mal concebidas, ou incorretamente implementadas (planos de estabilização, p. ex.); que elas tenham caráter principalmente negativo, ou que não tenham caminhado tão rápido, nem ido tão longe e tão fundo quanto, na opinião de alguns, seria desejável.

(12) - Discutimos o tema em, Sebastião C. Velasco e Cruz, Estado e Economia em Tempos de Crise: Política Industrial na Transição Política Brasileira. Relatório de Pesquisa para o CNPq, julho, 1992. Este documento constitui a versão preliminar de trabalho a ser defendido em concurso de Livre Docência, na UNICAMP.

Abertura, externa, desregulamentação, privatização, nova lei de informática, regime de propriedade industrial, programa nuclear, reposicionamento em fóruns internacionais -- dadas a quantidade e a escala das mudanças introduzidas desde então, em vista das proposições gerais avançadas na primeira parte deste ensaio, seria possível prever a ocorrência de amplo processo de redefinição de estratégias nos mais diversos setores da sociedade, entre os quais, com destaque, os empresários. Caberia, então, indagar: quais as tendências emergentes nesse universo? Na multiplicidade de comportamentos novos, como separar o circunstancial do duradouro, o que responde a transformações de fundo e o que se prende a situações conjunturais? Quais as condições relevantes na determinação dos rumos desse processo de reposicionamento? Quais os seus desdobramentos prováveis?

Em si mesmas extremamente difíceis pela gama de fatores envolvidos e pela quantidade de informações necessárias para enfrentá-las, essas questões se tornam agora, (agosto de 1992) conceitual e subjetivamente, muito mais complicadas em virtude da enorme incerteza que paira sobre a vida política nacional. Com a Presidência da República soterrada por uma avalanche de denúncias, ameaçado seu titular com um pedido a esta altura inevitável de impeachment, o qual, se acolhido, poderá arrastar-se por mais de um ano, nesse momento de comoção intensa conjecturar sobre o futuro remoto soa como uma temeridade.

A sensação de risco envolvida em tal exercício, contudo, pode ser até certo ponto neutralizada se levarmos em consideração uma peculiaridade aparentemente paradoxal desta crise, a saber, seu diminuto impacto no desempenho da economia. Com efeito, não obstante venha operando com taxas extremamente elevadas de inflação (cerca de 20% ao mês), até este instante a economia demonstra-se relativamente insensível aos efeitos do agravamento dramático do quadro político. Ao contrário do que seria razoável imaginar, não se observou até agora nenhuma reação mais nervosa por parte dos agentes

econômicos, nenhum movimento especulativo de maior intensidade. É verdade, houve quedas nas Bolsas e pequenos saltos na cotação do dólar. Mas nada que produzisse abalos significativos. Dois meses depois das denúncias que atingiram de morte a autoridade do presidente, a economia segue funcionando normalmente, ausentes oscilações maiores no comportamento dos preços e no ritmo de atividades.

Razões para que venha sendo assim não faltam, e os analistas, de maneira geral, coincidem ao apontá-las: 1) o controle exercido sobre a emissão da moeda; 2) a contenção do déficit fiscal; 3) a disponibilidade de reservas cambiais confortáveis; 4) a simples realidade da recessão, cujo efeito sobre o emprego sufoca as demandas salariais e deprime o consumo, inibindo a alta descontrolada dos preços; enfim, 5) a confiança transmitida pelos condutores da política econômica de que as regras do jogo não serão mais quebradas por medidas intempestivas que peguem os agentes despreparados. Este último dado é fundamental: depois de uma longa história de intervenções bruscas e pretensamente definitivas, que não debelaram a inflação mas desorganizaram a economia e provocaram prejuízos sérios, a garantia reiteradamente renovada de que não haverá mais recurso a truques, choques ou pacotes, para muitos, cai como um bálsamo. Compreende-se, assim, a atitude de tantos empresários que vêm na "serenidade" do ministro Marcílio a condição que lhes permitiria planejar a médio e longo prazo.

Mas não é tudo. A política de estabilização é apenas uma das vertentes da política econômica. A outra é a sua dimensão estratégica: as reformas liberalizantes que, desde o início, constituem o cartão de visita do governo Collor. A crise assumiria de imediato outra natureza se o mesmo estivesse sob o assédio de forças hostis a esse programa, aglutinadas em torno de propostas alternativas que cindissem, de alto a baixo, o conjunto da sociedade. Tal não ocorre. Pelo contrário, a preocupação em todos é evidente: trata-se de circunscrever o raio da crise, isolar seus efeitos, assegurar que mesmo na hipótese limite, de que tenha por desfecho a substituição de

Collor, ela não acarretará uma ruptura do processo em curso naquilo que ele tem de essencial, vale dizer, a abertura econômica e a redefinição do papel do Estado. É só isso que permite entender a posição tomada por um representante tão conspícuo do conservadorismo brasileiro quanto o jornal O Estado de São Paulo, ao reclamar do Presidente da República este último gesto de desprendimento: a renúncia, como única forma de preservar o muito, que pelo seu esforço, já teria sido alcançado.

São essas e outras propriedades que nos facultam qualificar como crise de governo a conjuntura que estamos vivendo agora. Ela ocorre em um momento difícil, quando os problemas em outras esferas abundam, e não sabemos que consequências eles poderão gerar. Caberia falar em simultaneidade de crises. Mas, em contraste com o que sucedeu em outras ocasiões, elas não se superpõem, não se enlaçam. permanecem como que insuladas.

Até quando? Com esta pergunta tocamos no ponto nevrálgico. É que, se em sua origem a crise não põe em questão a economia, os esforços de Collor para se manter no poder, contra tudo e contra todos, pode, sim, ter efeitos econômicos de proporções enormes. Pela tentação, que se revelará maior a cada dia, de ceder às conveniências dos políticos de cujo apoio depende para sobreviver no cargo, mesmo que para isso tenha que sacrificar o crédito, interno e externo, que a sua equipe econômica lhe empresta. Indicações de que este caminho será efetivamente trilhado já começam a se multiplicar. Os analistas desenham, para essa eventualidade, os cenários mais pessimistas: aceleração inflacionária, redobrada incerteza, aguda instabilidade. A indefinição aumenta quando adotamos uma perspectiva de tempo mais dilatada. Fixados no calendário político de 1993 o plebiscito sobre a forma de governo e o debate da revisão constitucional, a arena política será redesenhada pelos incorporados realinhamentos que as novas questões incorporadas à agenda irão determinar. E logo estaremos lançados em eleições simultâneas para a Presidência, a Câmara, parte do Senado, e para todos os governos e Assembléias Legislativas

estaduais. Com tanta coisa em jogo, é difícil imaginar que economia e política sigam em vias separadas. Se a instabilidade política perdura, a economia não ficará, certamente, bem comportada.

No que vem a seguir, com todas as reservas que o exposto acima recomenda, trabalharemos com uma hipótese forte: vamos supor que, não obstante os avatares da conjuntura, truncadas como provavelmente serão, as reformas em andamento terão continuidade. Enunciá-las desde já é preciso, porque são elas que estabelecem as condições dentro das quais se torna plausível o cenário esboçado pelas proposições que alinhamos abaixo.

1) Apesar do redicalismo que marcou, num primeiro momento, o discurso das autoridades econômicas, a liberalização das importações vem se realizando no Brasil de forma relativamente ordenada. De saída foram eliminadas todas as restrições que incidiam sobre as importações, e anunciada a adoção próxima de uma reforma tarifária de grande envergadura. Divulgado com algum atraso depois de intenso processo de consulta a entidades empresariais, o cronograma original desta previa a redução, de 32,2% para 14,2% da alíquota média, e da dispersão das tarifas, de 0 a 40%, no prazo de quatro anos -- de 1991 a 1994. Mais tarde, já no início do ano corrente, o governo decidiu antecipar em seis meses a implementação da reforma. Os objetivos finais, contudo, foram preservados. Salvo a ocorrência de novas mudanças de rumo, o Brasil sairá do processo com níveis de proteção tarifária superiores aos vigentes hoje em alguns países da América Latina, como o Chile, a Argentina, ou o México.

Por outro lado, ao contrário do ocorrido em outras experiências no continente em passado não muito remoto, o duplo risco envolvido nos ensaios de liberalização do comércio exterior em contextos de desequilíbrios macroeconômicos graves -- a manipulação de alíquotas e câmbio para fins de controle inflacionário -- em geral foi evitado. Em certo momento -- segundo semestre de 1990 -- essa tentação parece ter sido grande. Mas não durou muito.

Em resposta ao forte clamor do setor produtivo, e bem conhecidas as conseqüências daquela combinação desastrosa, o governo rapidamente evoluiu para uma política mais moderada: a defasagem cambial, em boa medida, foi corrigida e reiterados foram os protestos de que não se pretendia empregar discricionariamente as reduções tarifárias, como medidas retaliatórias.

Em conseqüência das circunstâncias acima, e da realidade palmar de uma economia mergulhada em longa e profunda crise recessiva, não obstante o crescimento observado no período, as importações se mantêm até hoje em nível acentuadamente baixo, não chegando a afetar diretamente, de forma significativa, o desempenho da indústria, salvo em alguns setores específicos, dos quais o automobilístico é o que mais se destaca.

2) Já há algum tempo, as indicações vêm se acumulando de que as empresas têm adotado um conjunto de providências típicas para se ajustar às novas condições prevalentes na economia. Uma rápida inspeção no material editado pela imprensa de negócios e nos resultados das sondagens realizadas periodicamente por firmas de consultoria nos permite listar algumas delas: 1) reorganização administrativa: a) eliminação de níveis hierárquicos e esforço para envolver mais fortemente os empregados, através do redesenho dos sistemas de comunicação interna, da reorientação da política de treinamento e da redefinição de planos de carreira, entre outras medidas; b) concentração de recursos em torno das atividades essenciais da empresa e subcontratação de atividades acessórias, especialmente na área de prestação de serviços, como limpeza, alimentação, transporte e manutenção -- a chamada "terceirização" 2) mudança de padrões operacionais: a) redução geral de custos, com cortes de funcionários, controle estrito de despesas, diminuição de estoques e do endividamento; b) atenção maior à qualidade dos produtos 3) especialização: desativação de linhas, concentração na produção de itens com demanda claramente definida e nos quais a empresa disponha de vantagens competitivas -- decisão frequentemente associada à opção pela comercialização

de itens importados; 4) modalidades alternativas de financiamento: a) créditos mútuos entre empresas a custo inferior aos de mercado; b) diversificação de fontes: captação externa, levantamento de recursos através de novas emissões de debentures e ações; 5) recomposição jurídica: recurso alternativo à consolidação ou à cisão de empresas, com vistas ao enxugamento da estrutura administrativa, à simplificação da contabilidade e à redução de despesas fiscais -- no caso das consolidações --, ou -- no movimento oposto -- para escoimar do patrimônio da empresa os investimentos típicos de pessoa física e separar as unidades lucrativas das deficitárias, a fim de facilitar novas chamadas de capital e melhorar a posição junto aos credores; 6) estabelecimento de novas alianças: fusão/associação de empresas para reforçar a posição conjunta face a concorrentes.

3) Eminentemente defensivos, a maior parte desses movimentos podem ser tidos como reações adaptativas às circunstâncias engendradas pela recessão. Mas nem todos, e não inteiramente. Eles refletem, igualmente, um fenômeno mais profundo, a saber: a reorganização levada a efeito pelas empresas com vistas à retomada do crescimento, o qual, em função da abertura econômica e das demais reformas liberalizantes em curso, se dará necessariamente em novas bases.

Tal percepção era claramente manifestada, há quase dois anos, pelo dirigente de um dos maiores grupos têxteis do país, quando ele advogava a adoção, aqui, de um sistema de cotas de importação similar ao existente nos Estados Unidos, com base neste argumento: "Quando o mercado reaquecer, a importação poderá representar um perigo para as indústrias nacionais"(13).

4) Com a afirmativa precedente somos remetidos a outra dimensão da resposta empresarial às mudanças que estamos considerando: a ação coletiva visando atenuar os seus efeitos negativos e/ou criar condições para que os seus aspectos positivos venham

(13) - "Vicunha aumenta embarques para reduzir perdas com queda no mercado interno", Gazeta Mercantil, 27-11-90.

a ser plenamente aproveitados. Com efeito, embora tenha incorporado retoricamente muitos dos temas do neoliberalismo, os empresários industriais nunca se renderam completamente à ideologia do livre mercado. A atitude assumida face à liberalização do comércio exterior é bastante ilustrativa. Reivindicada por algumas de suas lideranças mais expressivas desde meados da década passada, a abertura não aparece a seus olhos como um fim em si mesmo, mas como uma medida transitiva, que se justifica pela necessidade de aumentar a competitividade da indústria nativa e reduzir a ameaça de sanções de parceiros comerciais, e a tais objetivos sua efetivação deve estar subordinada.

Essa posição era formulada com nitidez em importante documento programático datado de 1988, do qual extraímos o trecho abaixo: "A implementação da nova política industrial deve reconhecer que uma parte substancial da indústria brasileira opera hoje em condições resultantes do ambiente em que foi implantada. São ativos que devem ser ampliados e aperfeiçoados (grifado no texto). Uma mudança brusca das regras atuais causaria mais transtornos que benefícios"⁽¹⁴⁾. A mudança é bem vinda e necessária. Mas deve ser feita cuidadosamente, de forma gradativa e diferenciada, a fim de que a indústria nacional, em seus diferentes setores, tenha tempo para se adaptar às novas condições e possa ganhar com elas.

É por não observar esses princípios que a reforma comercial tem sido frequentemente criticada. Já aludimos à desobediência a seu cronograma original. Mas não é só isso. As objeções atingem também, entre outros pontos, a inadequação do contexto macroeconômico, que milita poderosamente contra a competitividade do produtor nacional; a prática de reduzir tarifas por meio de decisões administrativas cujos critérios se mantêm opacos; a ausência de políticas complementares para os setores

(14) - Confederação Nacional da Indústria, Grupo de Avaliação da Competitividade da Indústria Brasileira, Competitividade Industrial: Uma Estratégia para o Brasil. Rio de Janeiro, maio, 1988, p. 11.

ameaçados pela liberalização, seja com o fim de assegurar a sua desejável reestruturação, seja para organizar a retirada; a inexistência, enfim, de articulações precisas entre a referida reforma e um projeto coerente de política industrial.

Expresso, muitas vezes tacitamente, nas demandas formuladas por empresários de diferentes setores e nos argumentos usados para apoiá-las, o ponto de vista que informa essa crítica aparece de maneira articulada no discurso de algumas entidades. Dentre estas se destaca o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), organização criada há três anos por alguns dos mais influentes empresários brasileiros com o fim específico de elaborar uma estratégia de desenvolvimento para a indústria, cujas concepções foram expostas em extenso documento recentemente divulgado⁽¹⁾. Carecemos de tempo e espaço para dedicar ao mesmo a atenção que ele merece. Restringimo-nos, pois, a avançar essa conclusão, que enunciámos assim, de forma um tanto dogmática: dois anos depois de deslanchado o turbilhão de mudanças que vêm sendo produzidas em nome de um programa liberal de modernização econômica, surge entre os empresários um discurso bem definido, que se inspira no exemplo do Japão, da Coréia e outras experiências nacionais bem sucedidas e as toma como caução de um projeto alternativo.

5) A literatura sobre o processo da política industrial registra como um fato corriqueiro a contradição entre a retórica que envolve essa política e o conteúdo efetivo de sua prática. O caso brasileiro não foge à regra. A despeito das proclamações altissonantes e dos artigos de fé solenemente proclamados, desde o primeiro momento foi possível identificar na política industrial do governo Collor uma nítida tensão entre sua vertente liberal e aquela, por assim dizer, neomercantilista. Ela manifestou-se, por exemplo, na reação escandalizada dos puristas aos Grupos Executivos de Produtividade (GEPS), organismos mistos --

(15) - IEDI, Mudar para Competir. Modernização Competitiva, Democracia e Justiça Social. São Paulo, junho, 1992.

públicos/privados -- criados na esfera da Secretaria Nacional de Economia com a incumbência de subsidiar a formulação de planos setoriais e encontrar soluções negociadas para os problemas enfrentados pelos respectivos setores na fase de transição que a economia brasileira atravessava. O mesmo escândalo provoca hoje os acordos celebrados no âmbito das Câmaras Setoriais, que absorveram as atribuições daqueles organismos. Destes, o mais notável foi o acordo da indústria automobilística. O tema está em todas as manchetes, não é preciso que nos detenhamos nele. Basta dizer que em tal acordo o governo reduz impostos em troca de preços reais menores e garantia de emprego. E que, nesse arranjo, os governos estaduais e os trabalhadores sindicalizados comparecem na condição de protagonistas.

Esse fato encerra algumas novidades de grande significação histórica. A presença dos governos estaduais expressa a redistribuição de papéis que se opera entre as instâncias governamentais -- União, estados e municípios -- sob o efeito cruzado das mudanças introduzidas pela constituição de 88 e de transformações estruturais no plano da economia. A descentralização resultante vem convertendo os centros de poder regionais em atores relevantes na definição de políticas para a indústria. Ora, os deslocamentos induzidos pela abertura econômica são setorial e espacialmente específicos: da mesma forma que atingem diferencialmente os diversos segmentos da economia, sua incidência é desigual nas distintas regiões do país. É natural, portanto, que as estruturas de poder das regiões negativamente mais afetadas pelas políticas que impulsionam tais deslocamentos afigurem-se como focos de resistência organizada e plataformas para a proposição de políticas alternativas. A análise não pode prescindir dessa mediação. A resposta política do empresariado às mudanças de que tratamos deve ser buscada, não apenas nas declarações de seus representantes autorizados ou nos documentos de suas organizações

próprias, mas também em arenas tais como o Fórum De Desenvolvimento, patrocinado pelo governo paulista.

Quanto à participação dos trabalhadores no pacto da indústria automobilística, ela manifesta uma clara reorientação no plano das estratégias sindicais. Adstrita até bem pouco tempo atrás a uma ação intransigente pela preservação do salário real de seus representados, fortalece-se agora, no coração da CUT -- o sindicalismo metalúrgico do ABC paulista -- uma tendência nova, a qual, levando em conta a realidade da recessão e a reorganização produtiva em escala mundial, traz para o primeiro plano a defesa do emprego. E, em seu nome, passa a desenvolver uma política propositiva que incorpora necessariamente os dados da economia empresarial. Tendo consolidado previamente o seu poder numa dura trajetória de lutas e consciente das ameaças que pairam sobre ele nesta fase histórica, a vanguarda do sindicalismo industrial brasileiro detém os recursos e exibe a disposição para se afirmar como interlocutora obrigada no processo de tomada de decisões sobre o futuro da indústria em nosso país.

6) A par de seu dinamismo econômico passado, o Brasil se destacou sempre por suas taras sociais. Estas -- todos sabemos -- explicam-se no essencial pelo fardo massacrante de nossa herança escravista e pela conservação de uma estrutura agrária absurdamente concentrada. Ambos os fatores são incompreensíveis, contudo, se não integramos na análise um elemento adicional: a acomodação entre os dominantes, a aglutinação de todos eles, sempre que os interesses de alguma de suas frações foram seriamente ameaçados pelo desafio das classes subordinadas. Esse padrão de "solidariedade mecânica" dos dominantes foi incompatível com a democracia ontem, e não o será menos no futuro. Mas, ela foi favorecida por condições que no presente começam a não mais vigorar.

Com efeito, para trás ficou o modo de inserção do Brasil na economia internacional que tornava convergentes os interesses dos capitais locais -- dos mais modernos aos mais atrasados -- e do capital estrangeiro, associados, todos, na exploração de uma

força de trabalho abundante e dócil, num mercado ciosamente protegido em expansão contínua e impressionantemente rápida. O processo de globalização que vem redesenhando a economia mundial induz a derrubada das barreiras que defendiam esse sistema e desnuda a sua intrínseca fragilidade. Mais do que simples rivalidade entre firmas, a competição global põe em confronto sistemas produtivos nacionais, com as estruturas políticas corresponsas, numa disputa onde a rede educacional, as instituições de pesquisa, o estoque de conhecimentos e as disposições incorporadas na força de trabalho, o grau de integração entre indústria e finanças e a qualidade do relacionamento entre o setor público e privado, numa palavra, a infra-estrutura social desempenha um papel decisivo. Nesse contexto, os compromissos que asseguraram sempre a reprodução do poder econômico e social das frações mais atrasadas do bloco dominante tendem a se revelar cada vez mais onerosos, e menos compensadores.

Por outro lado, em função dos deslocamentos sociais que acompanharam as profundas transformações econômicas das últimas décadas, e das mudanças nos padrões de ação coletiva a elas associadas, os setores populares, em suas expressões organizadas, fazem sentir pesadamente a sua presença na arena política, e afastam a hipótese de sua exclusão futura.

A combinação desses dois conjuntos de determinações delinea para os empresários uma situação dilemática: a reiteração de suas pautas tradicionais e dos alinhamentos que elas implicam pode garantir a conservação dos privilégios materiais e simbólicos que detêm como proprietários, mas os condena coletivamente ao declínio, como burguesia; a ruptura de tais padrões pode credenciá-los, nessa qualidade, para desempenhar um papel ativo na reordenação internacional em curso, mas além de envolver mudanças culturais em muitos aspectos dolorosas, encerra todos os riscos que levam os homens a hesitar ao convite para uma grande aventura.

Que fazer? Que direção seguir? O mais provável é que essa questão gere respostas contraditórias, e

que na maior parte dos casos leve à formulação de estratégias mistas. É impossível prever como os diferentes elementos vão se compor em cada uma delas, e qual o peso relativo de cada uma. Mas podemos afirmar com segurança que da maneira como tal questão vier à ser enfrentada pelos empresários dependerá muito de nosso futuro econômico e político.

NOME: _____

NAME: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO
DA REMESSA.

Non-acknowledgment of receipt will indicate that
further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13.081 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (0192) 39.8342
Telex (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327
Correio eletrônico: pubifch@ccvax.unicamp.ansp.br